

## FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBADO 19 DE FEVEREIRO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N. 2.

## EXTERIOR.

## CONFEDERAÇÃO ARGENTINA.

*Extractos da mensagem do general Rosas á sala de representantes, no 1.º de janeiro de 1848.*

—O governo brasileiro ainda não deu justa solução ás reclamações da Republica Argentina. O governo espera de S. M. o Imperador do Brazil um acto de justiça que restabeleça as relações de cordial benevolencia, e contribua eficazmente a consolidar os verdadeiros interesses da confederação e do imperio.

Dei-vos conta de ter expedido ordem ao ministro argentino na corte do Brazil para pedir ao governo brasileiro o cumprimento da obrigação que lhe impunha, quanto a independencia do Estado Oriental, o art. 3.º da convenção de paz celebrada entre o imperio e a confederação, em 27 de agosto de 1828. Instrui-vos tambem de ter-se recusado o governo imperial ao cumprimento daquelle dever, e do protesto opportuno do ministro argentino por tal motivo. Posteriormente respondeu o governo de S. M. Suas observações foram a reprodução das que anteriormente tinha apresentado; e não podendo ellas invalidar a força e convicções daquelle protesto, ordenou o governo ao seu ministro que declarasse ao gabinete imperial que o considerava em todo o seu vigor. Assim, deixou o governo plenamente cumpridas as obrigações da republica quanto á conservação e manutenção da independencia e integridade do Estado-Oriental.

Communiquei-vos na minha anterior mensagem que o ministro argentino no Brazil oppozera uma fundada repulsa ao insufficiente e inadmissivel contra-protesto do gabinete imperial, pelo qual persistia este no seu indevido e injusto reconhecimento da supposta independencia da provincia do Paraguay. O governo sustentará, como é do seu dever, os soberanos direitos da confederação sobre aquella provincia, parte integrante da sua nacionalidade e do seu territorio.

Sabendo que o governo da provincia do Paraguay tinha acreditado illegitimamente um encarregado de negocios junto de S. M. o Imperador do Brazil, ordenou ao ministro argentino que reclamasse do governo imperial a não admissão de tal agente com qualquer caracter publico, e que, a ser recebido, como foi, protestasse contra aquelle acto offensivo á confederação. O ministro argentino assim o cumpriu, deixando salvos os direitos soberanos da republica.

O agente publico de S. M. I. em Venezuela indevidamente promoveu ante o governo daquella republica, com informações inexactas, o reconhecimento da supposta independencia da provincia do Paraguay.

Não accedeu o governo de S. M. I. ao justo protesto que lhe apresentou o ministro argentino contra a violação do territorio fluvial da republica, por parte de duas barcas canhoneiras brasileiras que entráram nas portas da provincia argentina do Paraguay, procedentes do Matto Grosso. A infundada replica do gabinete brasileiro respondeu o ministro argentino sustentando o bom direito da confederação ao dominio nos seus rios interiores e nos seus mares de segurança.

Manifestei-vos tambem na minha anterior mensagem, que o ministro argentino na corte do Rio de Janeiro, em cumprimento de ordens expressas do governo, tinha pedido ao de S. M. declarasse explicitamente se approvava ou repellia o memorandum do visconde de Abrantes dirigido ás cortes de França e Inglaterra, sollicitando a intervenção de ambas as potencias nas republicas do Prata.

O governo sente annunciar-vos que a declaração do governo de S. M. não correspondem ás suas justas esperanças. Tomando uma responsabilidade que tinha recusado ante a nação e ante o ministro argentino, approvou o memorandum do visconde de Abrantes, e declarou que o governo imperial estava convencido de que os seus mais essenciaes interesses exigia que não continuasse nessa neutralidade inactiva que o tornava méro expectador da guerra do Prata; que lhe cumpria, sem recorrer a hostilidades, porfiar na pacificação do Prata, empregando os meios que a lei das nações e a sua pratica offerecem com tanta vantagem dos povos cultos. Esta declaração, que caracterizou a verdadeira politica do gabinete brasileiro naquellas circumstancias sobre as questões do Prata, era acompanhada de um catalogo de queixas infundadas contra este governo, dictadas por um animo assombrosamente extraviado e desenvolvidas com inexactidões mui inconvenientes.

O ministro argentino combateu-as, pedindo as devidas explicações sobre a verdadeira politica do gabinete imperial na guerra do Prata, e demonstrando a realidade das cousas, os verdadeiros deveres do governo brasileiro, a honra da confederação; a rectidão e benevolencia da sua administração para com a America e sua lealdade para com o imperio.

O governo brasileiro, comprando não sustentasse a posição em que se tinha collocado, não declinou do seu espirito conciliatorio.

Tão estranha anomalia, deixando subsistentes os fundamentos da reclamação primitiva deste governo, revelou um extravio lamentavel no gabinete brasileiro, em desacordo com a justiça que deve ás republicas do Prata e com os interesses da America. O governo sustentará sempre a sua justa reclamação e as grandes conveniencias da causa commum americana que ella comprehende.

O governo persevera nos sentimentos de moderação e benevolencia que constantemente tem manifestado a S. M. o Imperador, e em seus sinceros desejos de ajustar os inconvenientes que desgraçadamente perturbam suas amigaveis resoluções.

E'-lhe altamente satisfactorio annunciar-vos que com intimo prazer vê approximar-se, por meio de uma politica differente do gabinete imperial, a realisação das esperanças que não cessa de ter, confiado na elevada rectidão de S. M., e na honra do povo brasileiro, de restabelecer as relações com o Brazil no seu anterior pólo de verdadeira amizade, sem quebra da honra e independencia nacional.

O encarregado de negocios do Brazil na cidade de Montevideo, por ordens do seu governo, declarou aos agentes francezes que, tendo cessado as razões em que as potencias interventoras fundario o bloqueio do Rio da Prata, e não sendo effectivo, protestava contra o bloqueio que sustentão as forças navaes de França. Os consules do Imperio nesta cidade e na de Montevideo tiveram ordem de S. M. para no despacho de embarcações brasileiras obrarem de accordo com aquella resolução imperial.

Sabedor o governo de que o selvagem unitario Paz, depois de expellido de Corrientes e do Paraguay, se dirigia ao Brazil, ordenou ao ministro argentino no Rio de Janeiro pedisse ao governo imperial as medidas convenientes para que fosse mandado ir para aquella corte e não se lhe permittisse sahir para qualquer dos pontos occupados pelos selvagens unitarios.

O governo imperial expedio as devidas ordens neste sentido, e Paz acha-se no Rio de Janeiro.

O caudilho Rivera está tambem naquella corte. Os seus proprios envilecidos complices em Montevideo nos inauditos crimes que lhe derao uma espantosa celebridade, o desterrárao ignominiosamente. Foi conduzido em um vaso de guerra francez até ás praias de Santa Catharina.

O governo de S. M. anticipando os desejos do ministro argentino, que pedio fosse transferido para a provincia do Rio de Janeiro ou outra interior do imperio debaixo da vigilancia policial, sem que lhe fosse permittido sahir outra vez do territorio brasileiro para a Republica do Uru-

guay, tinha expedido ordens convenientes que previão esse caso. Sem se lhe permitir que desembarcasse em Santa Catharina, ordenou-se-lhe que seguisse para o Rio de Janeiro.

Inequivoclos são os testemunhos com que as illustres camaras do Brazil, a nação e a imprensa demonstrão sua perseverança nas honrosas sympathias que lhes inspira a nobre causa da America defendida pelas republicas do Prata. Digno é do intimo apreço dos estados americanos este sentimento proprio dos conspícuos antecedentes da nação brasileira.

Communiquei-vos na minha anterior mensagem que o governo de S. M. Britannica tinha confiado o commando da sua estação naval nestas aguas ao commodore sir Thomas Herbert. A sua nomeação mudou a deploravel situação creada pelo commodore Purvis, sustentada pelo capitão sir Thomas Pasley, e reaggravada pelo contra-almirante Inglesfield. O esclarecido commodore sir Thomas Herbert tem correspondido aos seus honrosos antecedentes nas republicas do Prata.

O injusto bloqueio que hoje sustenta o almirante Le Predour dos portos desta provincia e dos da Republica Oriental do Uruguay occupados pelas forças da autoridade legal, ataca a lei publica e os interesses geraes das nações.

Depois que o muito honrado lord Howden declarou inexistentes os motivos allegados para estabelecê-lo, fazendo terminar a intervenção nestas republicas por parte da Grã-Bretanha, qualquer acto de continuação do bloqueio pelas forças navaes de França aggrava a originaria injustiça desta aggressão, offende inauditamente a soberania da republica, e traz gravissimos prejuizos aos interesses neutraes. A sua notoria injustiça accresce a flagrante illegalidade de sua deficiencia e inefficacia, e o seu espirito de dominação. Gratuitamente offensivo e continuado deste modo, não em favor de interesses francezes, mas sim do intruso governo de Montevideo, e dos arrematantes das rendas da sua alfandega, degenerou em uma serie de medidas arbitrarías e repugnantes, e apresenta um escandalo sem exemplo.

O governo apreciou alta e mui sinceramente a elevada missão que junto d'elle acreditárao os governos de S. M. B. e de S. M. el-rei dos Francezes. Chegára a esta cidade os honrados lord Howden e conde Walewski, encarregados pelos seus governos de concluirem definitivamente o ajuste iniciado pelo seu agente confidencial o cavalheiro Hood para a pacificação das republicas do Prata. Deixou conta desta distincta missão e da correspondencia a que deu lugar. Tendens conhecimento dos serios inconvenientes que tornáριο inadmissíveis as proposições de paz dos governos de S. M. B. e de S. M. el-rei dos Francezes apresentadas pelos honrados lord Howden e conde Walewski. Deraõ por terminada a sua missão e retirárao-se.

O governo, continuando animado dos mais vivos desejos pela paz, referio á consideração de S. M. B. e de S. M. el-rei dos Francezes aquellas proposições. A condução do governo mereceu a vossa soberana approvação.

Dei ordem aos ministros argentinos das cortes de S. M. B. e de S. M. el-

rei dos Francezes para manifestarem a ambos os governos as vistas do governo da confederação sobre as proposições de paz apresentadas pelos honrados lord Howden e conde Walewski, fazendo sobresahir a posição respectiva destes dous agentes, o indispensavel dever em que se acha o governo de proceder sempre de acordo com as bases apresentadas pelo agente confidencial, cavalheiro Hood, e modificações com que as admittio este governo; e a grata esperança que tem, de que os governos de S. M. B. e de S. M. el-rei dos Francezes não deixarão passar esta occasião de mostrar a sua lealdade e a sua justiça para com estas republicas.

O governo espera o resultado destas ordens dadas aos ministros argentinos em Londres e Paris. Ainda conserva a esperança que devem inspirar a rectidão e magnanimidade daquelles governos.

Mui sensível é ao governo manifestar-vos que o encarregado de S. M. a rainha de Portugal na confederação foi aleivosamente offendido em sua pessoa por um infame malfetor, e que em tão escandaloso successo o general D. José Maria Ayuela assumio um rol offensivo ás leis e á dignidade do paiz. O governo effizamente adoptou justas e promptas medidas. O réo, que segundo noticias recentes, parece estar em Montevideo, é activamente procurado, e o general offensor demittido do seu emprego e riscado da lista militar do exercito, acha-se na cadeia do Cabildo á disposição do juiz do crime, a quem se acha affecta a causa até chegar ao estado de ser sentenciada, época em que deve dar conta.

O governo vio com a mais profunda indignação tal escandalo, e a civilização do paiz se pronunciou contra elle com honrosa vehemencia. Animado o governo do mais estrito espirito de justiça e de cordial benevolencia para com o de S. M. F., e para com o seu encarregado de negocios, do modo mais completo e amigavel satisfará dignamente os seus altos respeitoes, na ultioridade do assumpto, como até agora tem feito.

(Jornal do Commercio)

## INTERIOR.

### RIO DE JANEIRO.

#### Opinião sobre o descobrimento d'America.

Ha razões para crer-se que em 1001 alguns navegantes islandezes descobriram parte do nosso continente, e deram-lhe o nome de *Wineland*. As chronicas islandezas conteem mil particularidades acerca deste descobrimento. *Leif*, filho de *Erie*, e o islandez *Bium* (dizem ellas) descobriram as terras chamadas *Heland*, *Moryland* e *Viland*, que se suppõe ser o *Labrador*, *Terra-Nova* e *Acadia*. Alem disto; dos antigos manuscritos islandezes e dinamarquezes se infere que no principio de 1100 os audaciosos Scandinavos descobriram o *Massachusset* e a ilha de *Rhodes* nos Estados-Unidos em 41.º N.; esta noticia é confirmada pela descoberta ultimamente feita de um antigo edificio na dita ilha, semelhante a outros muitos construidos

em Dinamarca em 1200. Dizem mais as chronicas islandezas que o bispo *Erie* passou em 1121 ao *Viland* para pregar a fé christã. *Folson*, historiador sueco, estando na Islandia em 1836, examinou estas chronicas, e passando depois ao Norte-America teve a fortuna de encontrar no dito estado de *Massachusset* inscrições traçadas em caracteres scandinavos, que provam incontestavelmente que essas inscrições montam alem do seculo 9.º

Diz-se que Colombo estando na ilha da Madeira em 1486, na occasião em que ali aportara Sanches em uma caravela destrogada, este lhe fizera ver que impellido de um temporal, foi em remotissima long. occ. avistar terra ainda não conhecida: Colombo informado por Sanches desta derrota, buscou os meios de effectuar em 1492 a viagem em que, diz-se, descobrio o Novo-mundo. Como nauticos que somos, não podemos conceber como é que Sanches, navegando de Hespanha para as Ilhas Canárias, foi obrigado a correr com tempo para o Occ. sem daviada por mais de trinta dias, quando em altos parallelos os temporaes obrigam communmente e por poucos dias a correr para o Oriente: tanto por esta incoherencia, como por discordar-se em epochas, nome proprio, e nacionalidade do Sanches, deve-se reputar a sua historia como apocripa. O que é incontestavel é, que Colombo visitando a Islandia em 1477, ali teve noticias das descobertas acima mencionadas, e sendo ellas comprovadas por alguns indícios notados na ilha da Madeira, e ao mar della de terra ao Occ.; como sejam pedaços de madeira e plantas desconhecidas, vindas do O. para E. tanto pela corrente denominada *Golf-stream* (corrente do Golfo), como pelos ventos impetuosos que geralmente sopram do O. em lats, grandes; alem disto, por um raciocinio tirado da disposição da terra, Colombo julgou que devia haver outro hemispherio que contrabalançasse com o já conhecido, e resolveu emprender o seu descobrimento.

A quarta parte da terra, ou mais propriamente outro hemispherio a *America ou Novo continente*, é assim chamada, tanto porque é um continente opposto, e que serve de contrabalançar aquelle que contem as outras tres partes do globo, como porque foi descoberto posteriormente a estas tres grandes divisões da terra. A descoberta deste vasto e importante continente attribue-se a Colombo, natural do Genova, unicamente porque na sua primeira viagem foi o primeiro que (depois dos islandezes e Scandinavos) descobrio a 12 do outubro de 1492 uma das ilhas do Bahama, a que pôz o nome de S. Salvador, e depois as ilhas de Cuba e S. Domingos: na segunda viagem em 1493 descobrio a Dominica, a Jamaica, etc.; na terceira, em 1498, descobrio o continente do Novo-mundo, em 10º N., onde hoje se acha Carthagena; e na quarta, em 1502, desembarcando nelle explorou a costa de Guatemala e Granada, desde o cabo Graças a Deus até Porto Bello. Apezar disto, Americo Vespucio, natural de Florença, dirigindo-se a negociar em companhia de Oyeda, official hespanhol e commandante de quatro navios, tanto por uma enfeitada e divertida historia que deu da republica de Venezuela em 1499, como porque desembarcou no continente antes de Colombo: fez com que ficasse o seu nome a esta terra novamente descoberta.

A Groelandia (*Green-land*, nome de

namarquez que significa *terra-verde*, grandes ilhas americanas, foi descoberta em 970 pelo islandez *Gün Biarn*, e povoada pelos Noruegos doze annos depois; daqui se seguiu que a America insular foi descoberta em 970, e não em 1492: e que a America continental descobriu-se em 1001, ou antes dessa epocha, e não em 1498.

Quanto á origem dos indigenas da America, ha razões muy fortes para crer-se conforme o exposto na nossa *Geographia physica*, pag. 215, que o continente americano e o continente inundado maritimo foram antigamente unidos ao antigo continente, e por isso a America originalmente povoada pelos Ocianenses; prescindindo pois desta união não podemos conceber qual a origem dos Patagões. Não admitindo a união das cinco partes da terra, crê-se tambem que os *Tartaros* ou *Mongols* se passaram da Asia para o nosso continente atravessando o estreito de Behring, embarcados, ou por cima do gelo; porque desde 60° de lat. todos os golphos se gelam completamente no inverno; e desde 80° o mar se converto em uma planura gelada, e por isso o novo-continente povoado pelos Aziaticos: esta idéa nos parece inverossimil, e nos conformamos com a primeira.

FRANCISCO NUNES DE SOUSA.  
(Do Americano.)

### UM HOMEM DUPLICADO.

—Havia vinte annos que um filho do Sr. Pedro Antonio dos Santos negociante d'esta cidade, tinha abalado para o Brasil a procurar fortuna. Vinte annos de ausencia do pae e filho devem carregar tamanho peso de saudades, que o resistir-lhes nos parece fora de impossiveis.

Em um dos dias do mez passado surge no Tejo um navio do novo mundo. Desembarca um passageiro, corre á casa do Sr. Santos; pergunta por elle com alvoroço; não o acha, espera. Ninguém da familia o conhece.

Chegando o Sr. Santos, dirige-se á sala e encontra, ..... seu proprio filho, que se lhe lança nos braços; o beija, o acaricia, o opprime de perguntas afroladas, de relações interrompidas, e novamente do abraços: erão as saudades do vinte annos em explosão.

Pondéra um moralista abalisado, auctor de maximas, que até nas maiores desgraças dos nossos maiores amigos ha sempre alguma cousa que nos agrade.—Dividamos nós, mas poderá ser assim. O que porem temos por certissimo é, que ainda nos mais desenganados lances de ventura, ha sempre o que quer que seja que nos intristece; a mistura do triste com o alegre era n'este caso a grande mudança, que o rodear dos annos tinha feito no rosto e voz dos dois personagens. O pai recebia homem maduro ao que vira partir manco; o filho encontrava já velho ao que tinha deixado só maduro. Entretanto os olhos e ouvidos para logo se acostumaram de parte a parte a tamanha novidade; e como por dentro os affectos não tinham envelhecido, e os negocios domesticos, sobre que versava a conversação, erão mutuamente comprehendidos, a mais perfeita intimidade se restabeleceu do repente entre os que, tendo o mesmo sangue e o mesmo nome, não erão, verdadeiramente e segundo a natureza, dois, mas um só individuo.

Reinava na casa a alegria; vinhão visitas e parabens. O pai fazia, (como dizia), *as honras da casa e da cidade* ao recémchegado, divertia-o, presenteava-o, e regalava-o como quem era.

Havia no casal a legitima da mãe já defuncta: entregou-lha para com ella dilatar e continuar o seu commercio.—Nisto hião e hirião por muito tempo se a zombeteira da fortuna não mandasse ás mãos do velho uma carta fresquinha do Brazil, escripta pelo punho e com a assignatura do filho, que lá estava e se conservava muito ao seu dispor, e sem nenhuma tenção por ora de se tornar ao reino. Com este apparecimento de Sôfia, desapareceu o Mercurio, e com elle os cinco mil cruzados da materna legitima.

A voz do sangue, de que rezão os dramas e novellas, tinha desta vez fallado como uma prophécia de jornal politico.

Ha muitos annos que do Brazil não vinha uma arara, como está.

(Da Revista Universal Lisbonense.)  
(Correio Mercantil.)

### MARANHÃO.

Pede-se-nos a seguinte publicação.

1834—N.º 175.

—A Commissão de Pensões, e Ordenados vio o Decreto do Governo de 13 do corrente mez, remettido á esta Augusta Camara, em o qual se concede ao Barão de Itapicuru-Mirim, a pensão annual de 1:400.000 reis com sobrevivencia repartidamente pelas suas trez filhas, D. Marianna Rita Leocadia Carneiro de Burgos, D. Rita Adelaide Carneiro de Burgos, e D. Maria Emilia Carneiro de Burgos, dependendo porem a approvação d'Assemblea Geral Legislativa do Imperio.

A Commissão tendo attentamente examinado os muitos documentos, que servirão de fundamento ao mencionado Decreto; reconhece os grandes, e extraordinarios serviços prestados á Nação pelo dito Barão de Itapicuru-Mirim, tanto na Provincia do Maranhão, sua Patria, onde sem poupar-se á trabalhos, e á perigos foi hum dos primeiros á proclamar a gloriosa Independencia do Imperio, e a por-se á frente das Tropas Brasileiras, com as quaes resistio aos inimigos da mesma Independencia, como na do Pará em todo o tempo das suas duas Presidencias, distinguindo-se não só pelo exacto e rigoroso cumprimento dos seus deveres ordinarios, mas por muitos actos de patriotismo, e de humanidade, como seja entre outros a promoção efficaz da Vacina, a cathequese dos Indios bravios; e principalmente a consideravel remessa de viveres, e dinheiros para a Provincia do Ceará, a fim de nesta ser gratuitamente distribuida pela pobreza na desastrosa secar, que depois da guerra civil a assolara nos annos de 1825 á 1827, pelo que mereceu o reconhecimento da mesma Provincia, e a approvação do Governo.

A Commissão reconhece igualmente a honradez, e notavel desinteresse, com que o dito Barão de Itapicuru-Mirim se portara nos referidos empregos, concorrendo (e empenhando-se a que outros o fizessem) nas urgencias do Thesouro Publico com prestações gratuitas, e com em-

prestimos sem vencimentos de juras, donde resultou economia ao mesmo Thesouro; empregando gratuitamente os serviços dos seus escravos artistas á beneficio das obras publicas; pagando de sua bolsa, alem de outros Empregados, ao Engenheiro encarregado de levantar a planta do local para o farol da Barra; e finalmente deixando de receber como Governador das Armas as gratificações, e ajuda de custo, que legalmente lhe competião, sem nunca ter requerido remuneração alguma pecuniaria.

Por todos os expostos serviços a Commissão parece digna de ser approvada por esta Augusta Camara a Pensão concedida pelo Governo, visto que garantindo a Constituição as mercês pecuniarias pelos serviços extraordinarios, os do sobredito Barão de Itapicuru-Mirim se achão nestas circumstancias, e tanto mais attendiveis, e dignos de reconhecimento Nacional se tornão, quanto a sua fortuna tem sido grandemente desfalcada, á ponto de fallecer-lhe o indispensavel para sua decente subsistencia, e convinavel educação de suas tres filhas, em consequencia da ausencia de sua pessoa na administração de seus bens, e das despezas que tem feito para vir a esta Corte e nella defender-se das injustas accusações, que lhe foram feitas, e das quaes sahio sempre absolvido como innocente, e até julgado benemerito, como tudo plenamente se prova dos numerosos documentos por elle offurecidos. Porisso a Commissão de Pensões, e Ordenados tem a honra de submeter á approvação d'esta Augusta Camara o Projecto de Resolução.

A Assembleia Geral Legislativa resolve.

—Art. Unico. Fica approvada a Pensão de 1:400.000 reis, concedida pelo Governo por Decreto de 13 de Setembro do corrente anno, ao Barão de Itapicuru-Mirim, com sobrevivencia repartidamente por suas tres filhas: D. Marianna Rita Leocadia Carneiro de Burgos, D. Rita Adelaide Carneiro de Burgos, e D. Maria Emilia Carneiro de Burgos.

Paço da Camara dos Deputados em 22 de Setembro de 1834.—J. M. Figueira de Mello.—Albuquerque Cavalcanti.

### A REVISTA.

18 de Fevereiro.

—Não ha em Viana authoridade ou funcionario algum do partido opposto ao do juiz de direito da comarca, José Thomaz dos Santos e Almeida, que não esteja com um ou mais processos as costas. O juiz municipal e delegado de policia, Adolpho José Ascenço da Costa Ferreira, o delegado supplente, Ascenço Joaquim da Costa Ferreira, o 1.º, o 2.º, o 3.º supplentes do subdelegado, todos tem sido victimas da especie de despotismo judicial que pesa sobre aquella maldada terra. Alem destes vão ser taõbem mettidos em processos, segundo nos informão, o commandante militar, Antonio José dos Passos, o promotor publico, Manoel Coelho de Sousa, e outros cidadãos mais só por que exercem, ou exercerão cargos publicos, a contra gosto do Sr. José Thomaz. Bem frescos devem estar ainda na

memória, tanto as scenas do sangue de 6 de novembro, occasionadas pelos bandos que capitaneou esse magistrado faccioso, como a tentativa de assassinato sobre o delegado de Monção, attribuida pela voz publica a um seu irmão delle; pois é da existencia desses dois factos que nasce o atropellamento da justiça que se observa actualmente em Viana, seja nos intermináveis processos de responsabilidade que se intentão a todas as autoridades ligueiras, seja nas multiplicadas concessões de habeas-corpus—que se fazem a todos os criminosos camarilhas. Assim é que o Sr. José Thomaz, acobertado com a immunição de deputado, se vale de sua posição official para satisfazer paixões.

Outro facto de menos importancia, porem mais recente, veio dar origem ou servir de pretexto a novos processos. Dois soldados prendem para recrutar um criado desse magistrado; o preso que se achava perto de casa, consegue arrastar os soldados para a porta e entra do envoltura com um delles no corredor; nisto desce abaixo o Sr. José Thomaz com o suplente do juiz municipal em exercicio, José Maciel Aranha, o escrivão Egidio José Gonçalves e dois pretos, tira o recruta das mãos do soldado a quem leva para cima e manda interrogar pelo juiz municipal. O commandante militar depois que sabe do occorrido, manda pôr-lhe a casa em cerco para haver o recruta, mas este já se tinha evadido á cavallo, antes de chegar a tropa. Eis o como revidem o facto nem menos de duas cartas de pesasas fidedignas; o em vista delle, se o soldado é criminoso por ter invadido a casa do cidadão, não o é menos o cidadão por ter tirado das mãos do soldado, e dado escapula, a um homem que fora preso na rua para recrutar; mas se se attender a que esse cidadão é o primeiro magistrado de Viana, do qual devia partir o exemplo de obediencia ás leis e as autoridades em cujo nome se fazia o recrutamento, o crime será ainda mais grave.

Nem se dê como circumstancia atenuante, que o individuo preso tinha só 15 annos, e não podia ser recrutado, como allega o Sr. Jozé Thomaz; não, porque se essa falta de idade, que já queremos suppor verdadeira, era razão mui valiosa para ser produzida perante a autoridade competente, não passa de um mão e reprovado pretexto, para se arrancar o preso das mãos do soldado, e dar-se-lhe escapula, principalmente quando o author da violencia é, não um homem rustico e ignorante, mas um magistrado conhecedor das leis do paiz. Si cada um se podesse constituir juiz em causa propria, como fez o Sr. Jozé Thomaz neste caso, estavão destruidos todos os principios de justiça, de moral, de ordem e sociabilidade.

E já não é a primeira vez que esse magistrado se tem constituído juiz em causa propria, se por tal se deve tomar essa posição em que se collocára o lobo a respeito do cordeiro. No processo feito a seu irmão Jacintho por tentativa de morte, assim o praticou, apresentando-se em juizo como defensor e advogado de seu irmão, e inutilizando ao mesmo tempo com um processo de responsabilidade o juiz de seu irmão.

Mas o que pretende elle fazer em Viana com tantos processos de responsabilidade, e tantas concessões de habeas-corpus. Segundo o que se pode inferir logo á primeira intuição, annullar a justiça distributiva que não pode convir aos seus,

e paralisar acção do governo com quem está em resistencia aberta, como se vê da perseguição systematica que está fazendo a todos os seus agentes.

Melindrosa e intoleravel é por certo a situação dessa misera comarca em que um só homem presume exercer tão barbaro e feroz despotismo, qual é o judiciario, transtornando inteiramente a boa e regular administração da justiça, fiado ou na protecção de alguns magistrados seus collegas, ou, o que é mais provavel, na inefficacia dos meios repressivos que, contra juizes de sua cathedra, possão pela ventura empregar os poderes provinciais.

Por tanto, quer d'uma, quer n'outro caso, do governo imperial deve vir o remedio a taes desatinos, na remoção desse magistrado que sendo perigoso em Viana, pode vir a ser util em outra comarca onde não tenha os mesmos motivos para transviar-se da senda legal. Mas esse supplente do juiz municipal, e esse escrivão, que ajudarão a arrancar o recruta das mãos do soldado, e a dar-lhe escapula, e saõ a sombra dupla do Sr. Jozé Thomaz, como mais ao alcance da acção do governo provincial, estão tambem no caso de ser mais facilmente colhidos, e o devem ser.

Digno muito embora que é o espirito de partido que nos leva a fallar assim, que ali estão para justificar-nos essa infinidade de processos de responsabilidade intentados a funcionarios ligueiros, e essa infinidade de habeas-corpus concedidos a criminosos camarilhas, e de que ainda havemos de dar a scandalosa relação. Bem sabemos que os do nosso lado não são santos, e que n'uma comarca que foi violentamente agitada nas eleições, a exacerbação dos animos, e sobre tudo o sangue derramado devem ter partido reciprocos odios; mas que monta, se a tal enlaidada ou de perseguições ou de bullas de indulgencia, judiciarias, fallão mais alto contra o Sr. José Thomaz, que contra qualquer outro, e prova exuberantemente que a administração da justiça nas suas mãos não é senão um meio de satisfazer paixões? Mas podem objectarnos; e os criminosos que obtiverão habeas-corpus não foram presos pelas autoridades ligueiras? Certamente que sim, mas o foram quasi todos por occasião do desagradado sangui-nolento perpetrado no dia 6 de novembro, e não sabemos como reos desta ordem, a alguns dos quaes sem duvida se intentou processo, podião ter habeas-corpus, e isso é mais um argumento contra o juiz que os concede.

Em vista pois de factos tão significativos, segue-se que o Sr. José Thomaz poderá ser muito bom magistrado em outra qualquer parte, menos em Viana, e que o governo provincial deve ter olhos de linco sobre essa comarca, principalmente depois da berraria que fez o Estandarte por se não deixar sahir essa porção de pólvora e armamento que se remetia ao Sr. Jacintho em Monção.

#### — AVISOS. —

—Vicente Francisco dos Santos, declara ao publico que elle mudou a sua residencia para a rua do Pisponião casa n.º 16, onde continua a ter o seu estabelecimento de mulhados. O mesmo roga a todas aquellas pessoas que possuem penhores em sua mão, do tempo em que morou na rua da Saveria, queiram as hir resgatar dentro do prazo de trinta dias, da data deste, satisfazendo as quantias pelo que se achão deposita-

dos. Se durante este prazo de tempo, os donos ou donas dos ditos penhores não os hirem buscar, o mesmo desde já declara, que elles perderão todo o direito que aos mesmos tem; pois não pôde ter por mais tempo o seu dinheiro empastado. Maranhão 17 de Fevereiro de 1848.

#### REDES.

*Journal de sciences, lettres, conchocimentos atcis, noticias e variedades.*

#### REDIGIDO

PELO

Sr. J. Feliciano de Castilho Barreto e Noronha.

Esta publicação é destinada para livros, memorias, artigos ou escriptos de interesse, na maxima parte ineditos e originacs, relativos a quaesquer ramos dos conhecimentos humanos, e quaesquer assumptos, exceptuando apenas a politica interna do Brasil, e as polemicas pessoas.

Tomará por norte instrucção, recreio e interesse das duas nações, Portuguesa e Brasileira, vulgarizando com especialidade noções, d'onde a uma ou a outra possa resultar proveito, esforçando-se por tomar ainda mais conhecidos na Europa a natureza e o progresso do Brasil, mais conhecidos ainda no Brasil os adiantamentos da Sociedade Europeia.

Diligenciara inserir trabalhos historicos, topographicos e descriptivos sobre as varias localidades d'este immenso Imperio—apontar os principaes descobrimentos ou aprelheicamentos das sciencias, das artes e da industria—esboçar os acontecimentos do mundo, taes como as noticias da quinzena os-presentarem, consagrando paginas especiaes ás occurencias do Brasil e Portugal—dar uma idéa do movimento religioso—publicar peças poeticas originacs, e artigos sobre pontos importantes da Litteratura Luso-Brasileira—annunciar os trabalhos das Academias e Sociedades das duas nações—e finalmente sob a rubrica "Variedades" colligir os escriptos de interesse publico, que nas anteriores se não possam classificar.

Serão acolhidos, para receberem publicidade, os artigos ou esclarecimentos, que intrarem no plano do Journal, e forem convenientemente redigidos.

O *IAS* sahe á luz nos dias 1 e 15 de cada mez.—Formato o mesmo d'este programma.—Cada numero conterá 32 paginas de impressão.—O 1.º numero publicarse-ha no dia 15 de fevereiro de 1848.—Não se tomam assignaturas senão por semestre o anno; mas o 1.º semestre de 1848 incerra nove numeros.—A assignatura ha paga adiantada;—Para a Corte—por semestre 6\$000 rs. por anno 12\$000 rs.—Para as Provincias—por semestre 8\$000 rs. por anno 16\$000 rs.

Na Corte do Rio de Janeiro subscreve-se em casa dos Srs. E. & H. Laemmert, rua da Quitanda 77,—Francisco de Paula Brito, largo do Rocio 64,—e, nos escriptorios da Typographia Americana, rua da Alfandega, 43,—e do *IAS*, rua do Rosario 68.

Escriptorio, rua do Rosario N.º 68 (aberto das 9 ás 3 horas).

#### O DIRECTOR.

RICARDO AUGUSTO DA COSTA LEIROS  
—O abaixo assignado aviza que o Sr. Miguel Rodrigues de Carvalho Junior, deixou de ser seu caixeiro. Maranhão 16 de Fevereiro de 1848.

Manoel José da Silva Nogueira.

Maranhão Typographia da—Temperança—1848. Impresso por M. P. Ramez, rua Formosa n.º 2.